



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

CONTANDO A HISTÓRIA DO INSTITUTO FERREIRA VIANNA (1931 – 1933): O DIRETOR JOSÉ PIRAGIBE E A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESCOLA CIDADE

Mariza da Gama Leite de Oliveira
marizagama@ig.com.br
(UFRJ)

Resumo

Este estudo tem como foco a história do Instituto Ferreira Viana no período de 1931 a 1933, quando foi implantado o projeto “Escola Cidade” na administração do diretor geral de Instrução Pública Raul de Faria. Para tal análise foi utilizado como fonte documental um relatório do diretor da instituição à época, Dr. José Piragibe, àquela Diretoria, onde além de fornecer os dados quantitativos solicitados, relaciona diversas atividades desenvolvidas na instituição e pede providências para problemas de infra-estrutura e de pessoal, a fim de que as crianças sob os seus cuidados contassem com os recursos necessários à formação exigida para um futuro trabalhador: saúde, instrução elementar e destreza técnica. Para compreender-se como se deu a aceitação pelos alunos e inspetoras, da Guarda Civil e dos demais Departamentos criados pelo projeto “Escola Cidade”, foi utilizado como fonte o “Livro de Partes Diárias das Inspetoras”, onde foram localizados registros que revelam os constrangimentos e rejeições pelos quais passaram os membros da Guarda Civil, do Corpo de Saúde e da Diretoria do Trabalho. Dentre os autores que contribuem para a reflexão sobre essas práticas escolares estão Catroga (2010), com o conceito de Nacionalismo/Patriotismo, Thompson (1998), com o conceito de experiência e cultura e Foucault (2000), que nos alerta sobre a redução a que os documentos/registros estão sujeitos. As reflexões aqui levantadas permitem pensar sobre a elaboração do projeto civilizador republicano no interior da escola, o qual se refletiu nas práticas escolares voltadas para a militarização da infância, nas experiências não reveladas nos relatórios oficiais, e compreender como os sujeitos agem e pensam dentro de determinadas condições.

Palavras-chave: Militarização da Infância. Guarda Civil. Nacionalismo. Instituto Ferreira Viana (1931-1933). Livro das Inspetoras.

Introdução

O Instituto Ferreira Viana, hoje Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, da Fundação de Apoio à Escola Técnica (RJ), tem origem como instituição no final do século XIX, sob a denominação de Casa de São José (1888), com direção das irmãs de caridade. Sua finalidade era abrigar crianças abandonadas na idade de 6 a 12 anos, do sexo masculino, órfãs e com risco de tornarem-se desviantes na sociedade.

Segundo estudos de Rizzini (1993; 2011), a assistência à infância sofreu gradativa institucionalização na transição do século XIX para o XX, deixando de ser caritativa, e tornando-se cada vez mais científica, sob os olhares e cuidados de médicos e juristas, até tornar-se responsabilidade do Estado. Nesse processo, o Instituto Ferreira Viana esteve ligado ao Ministério





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

do Interior, à Secretaria Geral de Higiene e Assistência Pública e finalmente à Diretoria Geral de Instrução Pública, sendo incluída entre os estabelecimentos de ensino profissional.

O presente texto constitui-se um desdobramento da proposta de estudo desta pesquisadora, a ser desenvolvido no período do doutoramento (2011 – 2014), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O recorte temporal do estudo em andamento compreende as décadas de 1930 e 1940, por entender que este período foi muito marcante na política brasileira: o Governo de Getúlio Vargas¹. A pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa coordenado pela professora Dra. Irma Rizzini - “Centro de Memória Ferreira Vianna: documentos, ensino e infância trabalhadora no Rio de Janeiro (1888 – 1942)”, que tem como objetivo resgatar a memória e algumas relações históricas acerca da infância desvalida e trabalhadora por meio das fontes documentais de duas instituições educacionais criadas no final do século XIX: o Asylo de Meninos Desvalidos (PROEDES/UFRJ) e a Casa de São José (primeiro nome da instituição em questão).

No caso desta pesquisadora, têm sido descobertos no Centro de Memória da escola documentos da década de 1930 que permitem o desenvolvimento de reflexões sobre as estratégias de práticas de natureza cívico-militar desenvolvidas na instituição, sendo uma delas a implantação da Guarda Civil², que nasce com a instalação da “Cidade Ferreira Viana” (Projeto Escola Cidade). Assim, para este estudo, através de relatório do diretor da instituição para a Diretoria de Instrução Pública e de registros contidos no Livro das inspetoras de disciplina (fontes documentais do período de 1931 a 1933) pretende-se reconstruir as relações que se estabeleceram entre os sujeitos que vivenciaram essa experiência.

¹ Maior desenvolvimento sobre tal governo está em Gomes (1996).

² Reflexões iniciais sobre as atividades do grupo de pesquisa e outro especificamente sobre a implantação da Guarda Civil foram publicadas nos Anais do *SENACEM – 1º seminário nacional do ensino médio: história, mobilização, perspectivas* (UERN, nov/2011), e nos Anais do *II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura* (UFCG, nov/2011). Ver Oliveira (2011 a; b).





Diretor José Piragibe – competência e ousadia

O diretor do Instituto Ferreira Viana, José Piragibe, teve o privilégio de vivenciar o marco histórico da “Crise de 1929” e da “Revolução de 30”, estando sob o comando de quatro diretores de Instrução Pública no período de seu mandato, que se iniciou em 14 de fevereiro de 1929 e findou em setembro de 1933.

Com a intervenção no Distrito Federal, após a “Revolução de 30”, foi indicado ao cargo de Diretor Geral de Instrução Pública alguém que se contrapusesse aos ideais de Fernando de Azevedo, Diretor de Instrução Pública no período de 1927 a 1930. Assim, foi nomeado o professor Osvaldo Orico, mas poucos dias depois foi substituído pelo inspetor escolar do Distrito Federal, Raul de Faria, que no pouco tempo em que esteve à frente da Diretoria, promoveu investigações e inquéritos para apurar possíveis irregularidades da administração Fernando de Azevedo. Anísio Teixeira, o quarto diretor geral no mandato de José Piragibe, foi nomeado a partir de 1931, quando retoma e aprofunda a Reforma Fernando de Azevedo.

Segundo Paulilo (2009) na capital da República, Carneiro Leão (entre 1922 e 1926), Fernando de Azevedo (de 1927 a 1930) e Anísio Teixeira (a partir de 1931 até 1935) ocuparam o posto-chave da administração escolar na cidade: a direção da instrução pública. Em que pesem diferenças e especificidades entre os seus projetos reformadores, sobre os quais Paulilo (2007; 2010) se debruça desde a sua dissertação de mestrado; saúde, moral e trabalho eram os três pilares principais em que se assentava a convicção a respeito da importância da educação nos anos de 1920, segundo Carvalho (*apud* PAULILO, 2010), e por continuidade de ações, também nos anos iniciais de 30.

Um Ofício do Diretor Geral Raul de Faria, datado de 13 de julho de 1931, foi enviado ao Instituto Ferreira Viana, solicitando com a máxima urgência diversas informações relativas ao período de 01.01.1930 a 30.06.1931:

- a) Quantos alunos foram matriculados nos diversos cursos, inclusive os que passaram dos anos anteriores;
- b) Quantos alunos novos foram matriculados em cada curso;
- c) Quantos alunos foram eliminados e a causa da eliminação;
- d) Quantos alunos passaram para outros estabelecimentos municipais de ensino;





- e) Quantos alunos foram promovidos e as condições em que foram realizadas essas promoções;
- f) Qual a despesa anual do estabelecimento;
- g) Quaisquer outras informações que julgueis úteis para o relatório que deverei apresentar, com brevidade, ao Sr. Interventor Federal.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

madeira, metal etc). Cita que a idade exigida para ingresso é entre 7 e 9 anos e discorre sobre a transferência para o Instituto João Alfredo (antigo Asilo de Meninos Desvalidos) para os que tivessem condições ao completarem 13 anos. Relembra que em 1930 o diretor geral Raul de Faria permitiu que os alunos do 4º ano que haviam atingido a puberdade pudessem ser transferidos para o curso de adaptação lá criado. “Tal medida veio beneficiar muitos alunos, que doutro modo teriam de ser excluídos sem poderem continuar o curso profissional”. Para José Piragibe o curso deveria continuar a ser de 5 anos, passando a ter apenas a finalidade de preparar ao alunos para os institutos profissionais, para isso, sugere o diretor alteração no horário e no programa de ensino para dar lugar ao maior desenvolvimento de ensino de desenho e trabalhos manuais.

Dentre outros assuntos voltados para as práticas pedagógicas da instituição (como por exemplo, aulas de canto), comenta em tom meio queixoso que os mestres de Avicultura, Horticultura e Apicultura da Escola Visconde de Mauá (escola ainda hoje existente na rede pública, no bairro de Marechal Hermes) visitaram o Instituto, traçaram o programa que seria seguido e combinaram o horário, mas não puderam iniciar as atividades porque era necessário efetuar algumas obras. Sobre a Enfermaria, desabafa o diretor:

É fácil observar que nas diversas reformas de ensino o Instituto Ferreira Viana costuma ficar quase completamente esquecido... Uma das provas de asserto é este facto: a enfermeira do instituto é de quadro de pessoal subalterno! É uma senhora, com o ordenado de 250\$000, obrigada a permanecer no instituto dia e noite, apenas com uma folga por semana e sem ter quem a substitua.

(Fonte: Ofício expedido nº 146, de 21 de julho de 1931, p. 5. Centro de Memória Ferreira Viana)

Apesar do pronto atendimento prestado pela Clínica Oscar Clark que funcionava em prédio vizinho ao Instituto, a crescente demanda de crianças internadas carecia de uma enfermaria “provida de uma enfermeira competente”. Menções como esta demonstram o comprometimento e zelo do diretor José Piragibe para com os propósitos assistenciais e educacionais propugnados para a instituição no início do governo Vargas. Seu cargo “em comissão” não o inibia de cobrar incessantemente das autoridades competentes melhorias estruturais e de pessoal, para que as crianças sob os seus cuidados contassem com os recursos necessários à formação exigida para um futuro trabalhador: saúde, instrução elementar e destreza técnica. Demonstrava, assim, competência e ousadia.





Carência de funcionários no Instituto Ferreira Viana

Parte especial do relatório do diretor é dedicada à descrição de questões disciplinares no Instituto Ferreira Viana, que se agravavam com o fato da inspetora chefe Sra. Cesalpina Ramos, acumular as funções de ecônoma³ e almoxarife. “Seria de grande vantagem para o Instituto”, argumenta o diretor, “diminuir os encargos da Inspetora Chefe”.

Sempre em tom respeitoso, no “uso privado” de sua razão pela função que ocupa na instituição (FOUCAULT, 2000), mas não deixando de expressar seus anseios, Piragibe afirma que o trabalho das inspetoras é excessivo e são constantes as reclamações que estas lhe dirigem. Sendo apenas 8 inspetoras para 300 alunos, na sua maioria de 7 a 9 anos, “cada inspetora pode ter no máximo 5 folgas no mês e anualmente os 15 dias que a lei concede”. Apesar de ter recebido autonomia para nomear inspetoras substitutas no caso de faltas ou licenças médicas, declara que

Persiste, porém, o trabalho demasiado, e as queixas contínuas. Alegam as queixosas que fizeram o mesmo concurso das inspetoras de externato e que estas trabalham apenas poucas horas por dia, não trabalham às quintas feiras, e têm as férias completas. As queixas como bem sentis, têm toda a razão de ser. Não vejo, entretanto, possibilidade de aumentar, no momento, o número de inspetoras, de modo que haja duas turmas, que trabalhem em dias alternados.

(Fonte: Ofício expedido nº 146, de 21 de julho de 1931, pp. 4-5. Centro de Memória Ferreira Viana)

Para solucionar o problema das queixas sobre as concursadas que trabalham em externatos e as que trabalham em internato, o diretor Piragibe sugere que sejam criados dois quadros de inspetoras: um para externato e outro para internato, e que seria prudente que uma vez nomeada, a inspetora de internato só pudesse ser considerada efetiva depois de dois anos de estágio. Desta forma, percebe-se que o diretor não se limita apenas a relatar os problemas e pedir providências, mas também sugere alternativas possíveis para solucioná-los.

Em janeiro de 1931 o instituto contava 50 funcionários, dos quais 34 eram administrativos e 16 docentes. O diretor também declara que a falta de serventes “tem levado os alunos a realizar certos serviços”, que do seu ponto de vista, seriam inadequados para a sua idade:

³ Ecônomo: aquele que se encarrega da administração de uma casa, de um internato, de um hotel; despenseiro; mordomo (Enciclopédia e Dicionário Ed. Delta, 1993).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Considerando a idade dos alunos aqui internados, posso afirmar que o Instituto Ferreira Viana é o único em que os alunos não podem, nem devem realizar certos serviços. Quero referir-me neste momento aos serviços pesados, e aos serviços de escrita. Encontrei meninos fazendo serviços incompatíveis com a idade deles: limpeza de refeitório, lavagem de janelas etc., trabalho que tem de ser feito com a presença constante da inspetora. Não me foi possível ainda obter mais um servente para aqueles serviços.

(Fonte: Ofício expedido nº 146, de 21 de julho de 1931, p. 6. Centro de Memória Ferreira Viana)

A Cidade Ferreira Viana e a instituição da Guarda Civil

Revela o diretor Piragibe em seu relatório que por sugestão do Diretor Geral Raul de Faria, iniciou-se no ano de 1931 a instalação da “Escola Cidade” no Instituto Ferreira Viana. O Projeto Escola Cidade consiste na criação de departamentos de serviços no Instituto, retratando uma cidade, cujos habitantes e servidores são os próprios alunos. Devido ao momento histórico da divulgação dos ideais da escola nova, acredita-se que visava desenvolver a autonomia nos alunos através de métodos ativos, o que não extingue o seu caráter disciplinador, conforme ofício interno do diretor aos funcionários, datado de abril/1931. O Instituto Ferreira Viana seria a primeira instituição a testar o projeto no Brasil, visto que já funcionava nos países ditos “mais cultos”.

Sobre este projeto pioneiro o diretor menciona as dificuldades de se adaptar ao nosso meio “o que sobre o assunto se faz no estrangeiro”, problema este agravado pela “inexistência de outra instituição que tenha adotado tal processo” no Brasil. Porém, apesar do pioneirismo do projeto, “depois de preparar melhor o espírito do pessoal docente e administrativo”, o diretor achou prudente considerar a idade e a cultura dos alunos, e chegou à conclusão de que a primeira necessidade do grupo era a criação de uma Polícia. Assim, foi criada a Guarda Civil (Fig. 1), com as “autoridades” eleitas pelos próprios alunos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5



Figura 1 – Guarda Civil do Instituto Ferreira Viana.

Fonte: Acervo do Centro de Memória Ferreira Viana. Ano: 1931.

A partir de diversos documentos manuscritos e datilografados encontrados no Centro de Memória Ferreira Viana, bem como fotografias, foi possível reconstituir o funcionamento da Guarda Civil, que se apresenta a seguir.⁴

A Guarda Civil no Instituto Ferreira Viana foi fundada em 22 de abril de 1931, segundo ata manuscrita, onde estão registrados os nomes dos membros eleitos, e seus respectivos números. Foram eleitos 1 chefe, 1 subchefe, 16 inspetores e 31 guardas. Segundo o regulamento, nova eleição deveria ocorrer a cada três meses. Todos possuíam 1 emblema, mas para distingui-los hierarquicamente o chefe possuía 6 divisas, o subchefe 4 divisas, os inspetores 2 divisas e os guardas 1 divisa.⁵

Pelo mesmo processo foram criados o Departamento das Diversões, o Corpo de Saúde (Fig. 2), o Departamento do Trabalho (Fig. 3) e a Repartição dos Correios.

⁴ Parte dessas reflexões integra o trabalho publicado nos Anais do II Seminário Nacional de fontes históricas. Ver Oliveira, 2011b.

⁵ Fonte: Organização da Guarda Civil. Abril/1931, documento datilografado.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
 Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5



Figura 2 – Corpo de Saúde: um guarda socorrendo um aluno com dor de dente. Cabia ao Corpo de Saúde verificar diariamente o asseio dos dentes, das unhas, da roupa e do calçado dos menores, auxiliando o serviço da enfermaria e do gabinete dentário (Fonte: Centro de Memória Ferreira Viana. Ano: 1931).



Figura 3 – Departamento do Trabalho. Ao centro, o chefe e o sub-chefe; ao seu lado, de gorro e avental, os escalados para o serviço de refeitório. Fonte: Centro de Memória Ferreira Viana. Ano: 1931.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Cada departamento tinha os seus chefes, fiscais e auxiliares. O diretor prevê em seu relatório, futuramente, a eleição de um prefeito e um Conselho Consultivo devido à complexidade do sistema. E realmente houve a eleição do prefeito em setembro do mesmo ano: Mário Mexias, que configura no centro da foto das “altas autoridades” do Instituto (Fig. 4).



Figura 4 – As “Altas Autoridades” (conforme designação do álbum existente no acervo com as fotos originais): sentado, o Prefeito Mário Mexias; em pé, da direita para a esquerda: o diretor do Departamento do Trabalho, o ajudante da Guarda Civil, o ajudante do Departamento de Diversões e o diretor deste departamento, o secretário do Corpo de Saúde, o ajudante da Guarda Civil, o chefe do Corpo de Saúde e o Chefe de Polícia. (Fonte: Centro de Memória Ferreira Viana. Ano: 1931).

Com relação à Guarda Civil, as “Zonas de Policiamento” definidas pelo diretor Piragibe seriam assim distribuídas:

- a) Recreio – 1 guarda para as privadas e a bica; 1 para o portão; e 2 para as passagens. Por ocasião das formaturas todos os guardas auxiliarão o serviço.
- b) Dormitórios superiores – 1 guarda.
- c) Recreio coberto, dormitórios da parte térrea e terrenos ao redor da cozinha – 1 guarda.
- d) Alameda, jardim, terreno dos fundos da escola – guarda.
- e) Secretaria – 1 inspetor.

(Fonte: Organização da Guarda Civil. Abril/1931, documento datilografado)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O chefe, o subchefe e os inspetores gozavam de maior privilégio que os guardas quanto às saídas, que podiam ser quinzenais ou mensais; para os guardas, eram de dois em dois meses. Os privilégios decorrentes da hierarquia ficam mais evidentes no parágrafo 7º do mesmo documento: “O chefe, o subchefe e os inspetores não devem ser escalados para fazer, e sim, para dirigir serviços”.

Quanto à conduta dos membros da Guarda Civil, havia a preocupação de que não se envolvessem em embates frontais. Segundo recomendação, deveriam “falar o menos possível; falar o mais baixo que fosse possível; e nunca discutir com o transgressor, nem tocá-lo”. As “más condutas” dos alunos eram registradas diariamente pelo chefe: comportar-se mal no refeitório, desobedecer aos superiores, entrar em salas de aula sem ser chamado, retirar objetos das oficinas etc. As punições eram: desmanchar e fazer o dormitório durante 5 dias, ficar isolado uma semana, ficar sem recreio durante uma semana, escrever de 200 a 500 vezes a falta que cometeram por 5 dias⁶. É importante ressaltar que era o chefe da Guarda Civil quem definia qual seria a punição a ser recebida pelos “transgressores”, sendo ele um menino como os demais.

Pode-se refletir com o Projeto “Escola Cidade” que as práticas que se consolidam no interior das instituições, vinculam-se ao universo social, político e cultural circunscrito ao início do século XX. Faria Filho (2009) pondera sobre a necessidade de se dar atenção às consequências sociais, culturais e políticas da “escolarização do social”, em que se torna importante a noção de “cultura escolar”, que permite articular, descrever e analisar os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares. Por isso é necessário uma acurada atenção aos processos internos da escola, que guardam estreitas relações com o universo social e cultural. Práticas escolares de natureza cívico-patrióticas, como: os batalhões infantis, o escotismo escolar e as comemorações cívicas, são formas pelas quais a escola contribuiu para a consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade brasileira (SOUZA, 2000).

⁶ Fonte: “Partes do Prefeito”, 28.11.1931 (documento manuscrito e assinado por Mário Mexias).





Nacionalismo e Cultura Escolar

No início do século XIX, para que o Brasil estivesse pronto para receber a Modernidade, seria necessário “educar” o povo; construir o ideal de Nação, de Pátria. A formação dos Estados Nacionais compreende uma dimensão cívico-patriótica educativa que não pode ser negada. Basta atentar, segundo Catroga (2010), para a maneira como a força ideológica da ideia de Estado-Nação mobilizou as massas: a força ideológica propulsora foi a ideia de Patriotismo.

Para Catroga (2010), há diferença entre os conceitos de Nacionalismo e Patriotismo. O conceito de Pátria tem para ele uma relação lógica; remete ao sentimento de pertença a um território, a um espaço, um tempo e um grupo, que pode sobreviver à desterritorialização e apela a mitos de origem e ritos. Assim, enquanto Nação indica o lugar de nascimento, a Pátria supõe o ato de concepção.

Na formação dos Estados Nacionais, trabalha-se numa dimensão cívico-patriótica educativa; e só se trabalha nessa dimensão atingindo os sentimentos, no “quente”. Nasce-se filho de uma família, mas não se nasce brasileiro, isto é, o Patriotismo não nasce espontaneamente; precisa ser aprendido. Nessa lógica desenvolvida por Catroga (2010), o Estado Nacional constrói o sentimento de Pátria, porque para ele é desejável que a Nação seja uma grande Pátria, e não somente composta por cidadãos que obedeçam às leis. É relevante fazer emergir o ideal patriótico porque pela Pátria se morre, mas não pela Nação ou muito menos pelo Estado (op. cit.).

É nesse sentido que adquire relevância a concepção de “cultura escolar”, envolvendo saberes a ensinar, condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão de saberes. A construção dessas práticas se evidencia no culto à bandeira, nos ritos e solenidades, e permearam os currículos escolares na primeira metade do século XX, através da Educação Física e do Canto Orfeônico, como forma de disciplinar os corpos.

O Livro das “Partes Diárias” das Inspetoras – revelando tensões e conflitos

Tenho a certeza de que não escapará ao espírito esclarecido das senhoras Inspetoras e demais funcionários deste Instituto a vantagem deste processo disciplinar, já adotado com os melhores resultados por muitos países cultos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Vamos fazer uma experiência. Esperamos o concurso de todos. Ass.: O diretor José Piragibe.

(Ofício interno, abril/1931. Acervo do Centro de Memória Ferreira Viana)

Devido a este comunicado interno, suspeita-se que o Projeto Escola Cidade causou certo estranhamento aos funcionários do Instituto Ferreira Viana, tendo em vista a autonomia dada aos alunos. Apreensivo com o novo, mas comprometido com a plena realização dos propósitos educacionais idealizados pela Diretoria Geral de Instrução, o diretor José Piragibe solicita aos funcionários que considerem as vantagens desse “processo disciplinar” que já era adotado com bons resultados em muitos países “cultos”.

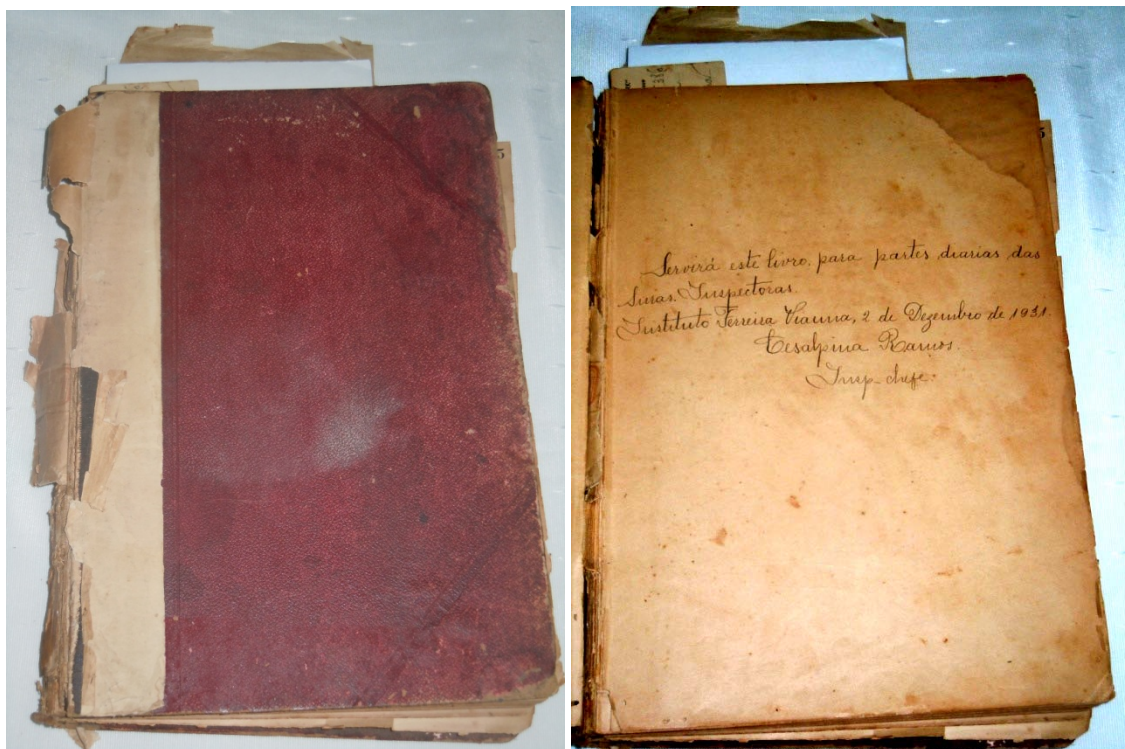
Trabalha-se com a hipótese de que o relacionamento entre os alunos membros dos diversos Departamentos criados pelo Projeto Escola Cidade e as inspetoras era permeado por conflitos, tensões e constrangimentos, especialmente entre os que interagiam diretamente com os menores com relação ao trabalho e à disciplina, visto serem as inspetoras os agentes ativos nessas demandas. Para confirmar essa hipótese recorreu-se aos registros de uma valiosa fonte: o Livro das Partes Diárias das Inspetoras (Fig. 5 e 6), onde há registros exatamente desse momento da história do Instituto Ferreira Viana. Este era um meio do diretor José Piragibe acompanhar os acontecimentos referentes aos alunos, principalmente os de “maus procedimentos”. O livro contém 200 páginas pautadas e numeradas, com utilização da frente e do verso; tem capa dura vermelha, bastante espessa e pesa cerca de 2 quilos. Há nele registros diários de 02.12.31 a 28.09.33. Setembro foi o último mês de mandato do diretor José Piragibe; e o último registro do livro coincide com a sua saída.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5



Figuras 5 e 6 – Livro das Partes Diárias das Inspetoras (de 02.12.1931 a 28.09.1933). Acervo do Centro de Memória Ferreira Viana. Foto digital produzida por Mariza da Gama Leite de Oliveira (jan/2012).

O método utilizado para análise dos registros do livro consistiu na transcrição dos registros para uma planilha, com data, página e nome da inspetora que fez a “parte”, ou o diretor. Ao serem relidas, as “partes” foram agrupadas, a fim de quantificar e categorizar a totalidade dos acontecimentos, e assim chegar-se a algumas conclusões iniciais a respeito das práticas escolares da instituição nessa fase em que a Guarda Civil e as diversas Diretorias formadas pelos alunos foram mais atuantes.

Nesse processo analítico, Thompson nos permite pensar como o processo de escolarização, as culturas escolares não são um pressuposto, mas o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados ou disputados pelos atores que fazem a escola (FARIA FILHO & BERTUCCI, 2009).

Todos os dias eram feitos registros, e no caso de não haver acontecimentos a registrar, as inspetoras anotavam a expressão “Nada houve” e assinavam na linha abaixo. Ao final da folha, a inspetora chefe Cesalpina Ramos informava se havia alguma inspetora folgando ou faltando, ou se alguém não havia dado “parte”, e assinava após escrever o nome da escola e a data. Abaixo da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

inspetora chefe, assinava o diretor José Piragibe, após ler os registros e fazer observações, caso necessário. Em alguns períodos não se observa registros, como nos meses de janeiro e fevereiro, provavelmente devido às férias escolares; o que nos permite pensar que nesses meses as crianças não permaneciam no Instituto.

Dos 350 registros feitos no período, 111 são de encaminhamentos ao médico (de grupos de alunos, não de indivíduos); 25 são de encaminhamentos à enfermaria (idem); 10 são de encaminhamentos ao dentista (idem); 56 são comunicados entre a inspetora chefe e as inspetoras ou do diretor para as inspetoras; das 102 anotações de “maus procedimentos” inserem-se desobediências, respostas malcriadas, atos indecentes, xingamentos, provocação de desordem, barulho no dormitório, danificação de objetos do instituto, lançamento de pedras nas casas vizinhas ou no recreio, furtos e 5 fugas do Instituto; 7 anotações das inspetoras denunciam os alunos que abandonam o serviço; 4 se referem a alunos suspensos por faltas graves, não especificadas; 28 registros são de agressões entre os alunos, dos quais 6 são aos chefes dos departamentos ou guardas; em 2 registros são destituídos de seus cargos o diretor e o chefe do Trabalho, por desmentirem ou questionarem as inspetoras.

Um fato interessante é que os alunos são sempre identificados por números, nunca pelos nomes, lembrando as práticas de um sistema prisional. Foi possível fazer a relação número/nome nesta pesquisa devido à existência de uma relação datilografada, com os nomes dos 300 menores matriculados no Instituto Ferreira Viana no ano de 1930, com número, nome completo e data de nascimento (Ofício Expedido nº 24, de 28.01.31).

Segue abaixo o gráfico dos registros constantes no Livro de Partes Diárias das Inspetoras, definidos percentualmente:



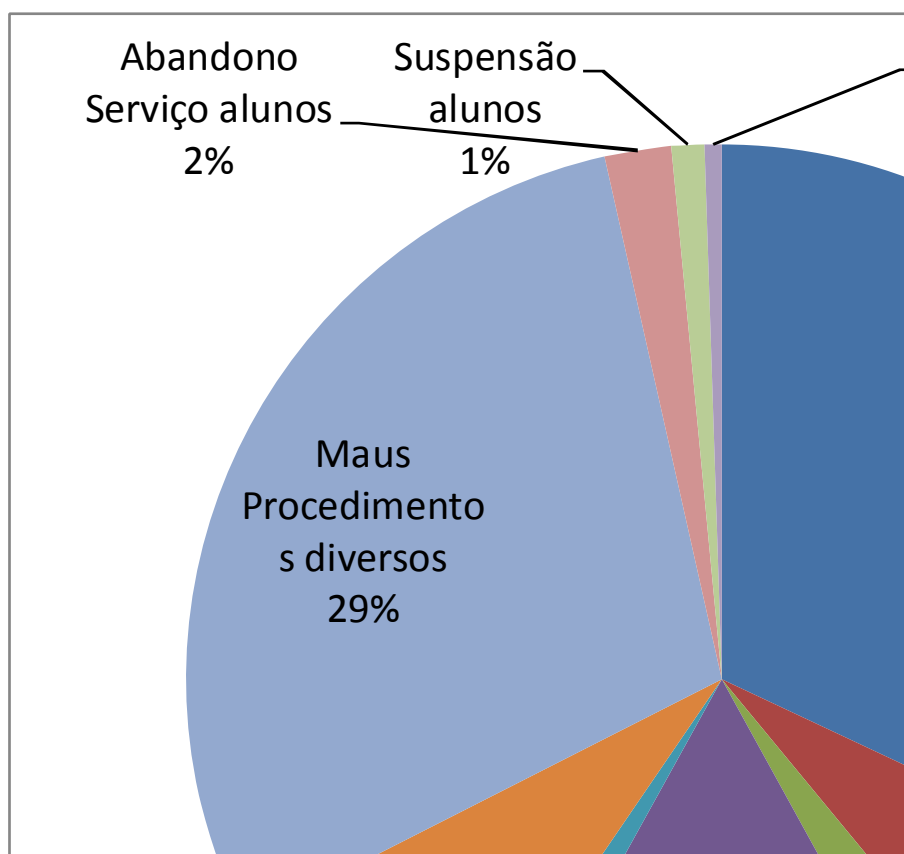


Gráfico 1: Registros dos Livros das Partes Diárias das Inspetoras do Instituto Ferreira Viana (02.12.1931- 29.09.1933).
Autora do Gráfico: Mariza da Gama Leite de Oliveira (Fev/2012).

Os registros do livro das inspetoras possibilitam a problematização a partir de diversas questões, porém, para este breve texto, serão destacadas algumas “ocorrências” que retratam os constrangimentos e rejeições pelos quais passaram os membros da Guarda Civil, do Corpo de Saúde e da Diretoria do Trabalho, visto que de alguma forma exerciam poder sobre os alunos, para os obrigarem ao trabalho, para cobrar-lhes o “asseio” ou inibirem sua liberdade; resultando em resistência.

Era recorrente a falta de obediência aos alunos que auxiliavam na disciplina. Os casos mais graves de insubordinação mereciam registro no livro das inspetoras. A intervenção dos guardas se fazia necessária para manter o silêncio, garantir o comportamento adequado no refeitório e no banho, bem como fiscalizar o serviço de limpeza e arrumação feita pelos alunos. No exercício de sua função, alguns guardas recebiam “tratamento grosseiro” por parte dos outros menores, como





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

é o caso do chefe Aristides Macedo, de número 138; acontecimento registrado pela inspetora Oda Correa em 27.04.32. No dia seguinte ele também é vítima de agressão física:

Os menores de nº 89, 289, 230 e 174 continuaram com péssimo comportamento. Os três primeiros fugiram ontem diversas vezes do recreio e quando observados e privados do mesmo, responderam mal e ficaram gritando ser tal castigo uma injustiça; o último deles observado pelo chefe 138 investiu para ele e bateu-lhe bastante, fazendo-me ainda uma série de malcriações. (Insp. Immaculada, Livro das partes diárias, 28.04.32, p. 45 fr).

O Diretor da Saúde, Haroldo José Domingos, também foi agredido por outro menor, que foi imediatamente “corrigido” pela inspetora Maria José “à vista” dos alunos:

O menor de nº 190 às 6 horas da tarde, bateu na face do Diretor da Saúde (menor de nº 2) e, como eu o chamasse para castigá-lo, insultou-me à vista de vários meninos, de modo que, tive necessidade de agir com a máxima energia para evitar que ele continuasse. O mesmo menor declarou em altas vozes que irá arranjar a minha exoneração do cargo que ocupo. É necessário que isto não se repita. Em tempo: Os meninos deste Instituto estiveram de castigo no recreio até às 18 horas. (Insp. Maria José, Livro das partes diárias, 13.07.33, p. 182 vs)

Recaía sobre os alunos da Guarda Civil e Diretorias grande responsabilidade pela disciplina dos alunos; os quais agiam autonomamente, sem a orientação devida das inspetoras. Seria essa falta de orientação decorrente do número reduzido de inspetoras ou seria uma atitude de resistência das mesmas? Devido à proporção alunos/inspetoras (300/8), a primeira possibilidade é objetivamente aceitável; já a segunda, pode ser pensada a partir do registro que a Inspetora Chefe Cesalpina Ramos deixa no livro, solicitando às inspetoras que não deixassem a disciplina “exclusivamente entregue aos meninos”, o que no seu entender era “um absurdo”; e que a elas cabia a fiscalização e orientação, porque elas também pertenciam ao grupo de educadores (Insp. Chefe Cesalpina, Livro das partes diárias, 19.06.33, p.176 vs).

Conflitos entre as inspetoras e os Chefes dos Departamentos e da Guarda Civil:

Percebe-se que as funções das inspetoras e as dos alunos da Guarda Civil e demais Departamentos com relação à limpeza do Instituto e disciplina dos alunos se confundiam. Pela evolução dos registros, fica evidente uma medição de forças entre os dois grupos. Começam a ser





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reivindicados castigos para os chefes, de quem era exigido comportamento exemplar perante os demais alunos.

Já tendo conhecimento dos diversos constrangimentos vivenciados pelos Chefes, o diretor José Piragibe registra no Livro recomendações sobre o serviço de conservação, asseio e limpeza do instituto, definindo as funções das inspetoras e dos guardas. Esclarece o diretor que o serviço deveria ser feito exclusivamente pelos alunos, dirigidos pelos chefes. Caberia às inspetoras instruir os chefes sobre o serviço a ser feito, fiscalizar o serviço depois de feito, e fazer aos chefes as recomendações necessárias “à perfeição do serviço”. Recomenda ainda que todos os funcionários deveriam prestigiar os chefes e “dar-lhes autoridade” e que em hipótese alguma deveriam ser castigados na presença dos outros alunos. O chefe que não cumprisse o seu dever ou incorresse em falta grave, deveria primeiramente ser destituído do cargo, e depois então teria o castigo de acordo com a falta (Livro das partes diárias, 14.12.32, p. 147 fr/vs). As recomendações do diretor Piragibe dão pistas de que começaram a ocorrer punições aos chefes na frente dos demais alunos; porém, não foram localizados registros desse teor. Será que interessava o registro de tais fatos? Como afirma Foucault (2000), os registros, os documentos, têm a característica da redução; além de não expressarem o que realmente ocorreu, trabalha-se com “cortes”.

Observa-se que a vigilância das inspetoras sobre os guardas era constante, até sobre os termos que proferiam, como é o caso do registro da inspetora Immaculada, que pede “castigo severo” para os chefes Walter Canogia e Walter de Aguiar Alves:

Os chefes de nº 4 e 200 que auxiliam a disciplina no 3º dormitório, vêm de algum tempo para cá afastando-se de todas as regras de educação e moral, chegando a proferir na minha presença e na de seus colegas de turma, termos bem inconvenientes. Tal procedimento, por se tratar de chefes, foi por mim muito observado oportunamente e depois de muito aconselha-los aguardei melhor comportamento. Vejo entretanto que todos os meus esforços para que se corrigissem foram nulos e por esse motivo peço que lhes sejam dado um castigo severo (Insp. Immaculada, Livro das partes diárias, 18.05.33, p. 168 fr).

Os motivos de destituições de cargos estão diretamente relacionados à ameaça de perda de “autoridade” das inspetoras. Duas destituições são localizadas: a do Diretor do Trabalho, Mário Dias de Oliveira, nº 230, “por ter desrespeitado a inspetora D. Maria José” (Livro das partes diárias, 09.04.33, p.155 fr) e do Chefe do Trabalho Mário Carneiro, nº 82, “por ter desmentido na presença





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dos outros alunos a Inspectora Oda Menezes” (Livro das partes diárias, 02.08.33, p. 188 fr). Chama à atenção o caso deste último, sobre o qual há outros registros posteriores tornando-se cada vez mais “insubordinável”, e dias depois de destituído declarou que iria fugir do Instituto a fim de conseguir com que saísse “nos diversos jornais tudo o que se passava ali”, pois assim acreditava que cessariam os “abusos” (Livro das partes diárias, 14.04.33, p.157 fr).

Finalmente, levando em conta o princípio da totalidade e historicidade de todo fenômeno social, pode-se dizer com Thompson (1998) que entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições; homens e mulheres em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência nessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por “relações determinadas” ele indica relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares (MARTINS, 2006). Daí decorre a importância dos registros feitos por esses sujeitos históricos.

Considerações Finais

O Projeto Escola Cidade foi promotor de transformações nas práticas escolares do Instituto Ferreira Viana, moldou comportamentos, influenciou na construção dos sujeitos dentro da malha institucional; revela como pequenas mudanças na legislação educacional podem causar grandes mudanças na vida das pessoas, interferindo diretamente nas relações e na dinâmica cotidiana da instituição da qual fazem parte.

Julga-se interessante destacar a riqueza da análise documental, que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD *apud* SÁ-SILVA, 2009), porém, conforme já ressaltado, como é uma forma de representação de domínio não discursivo, sujeito a reduções, necessário de faz interrogar as condições de representação de sua produção (FOUCAULT, 2000).

Acredita-se que há acontecimentos não registrados no Livro das Partes Diárias das Inspetoras por falta de tempo, por não serem considerados relevantes, ou intencionalmente, por





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

se revelarem comprometedores. Por influência de Foucault (op. cit.), a ideia de busca da verdade no documento, não foi nutrida nesse estudo; apenas buscou-se interromper os “murmúrios”, a naturalização dos fatos, através da análise dessas experiências.

Referências

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (org.). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*, Lisboa, ICS, 2010.

FARIA FILHO, Luciano M. de & VAGO, Tarcísio M. Apresentação da seção especial temática “História de Escolarização: reformas, currículos, disciplinas e práticas”. In: *Currículo sem fronteiras*, v. 9, n. 1, pp. 5 - 9, jan/jun 2009. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

FARIA FILHO, Luciano M. de & BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e Cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. In: *Currículo sem fronteiras*, v. 9, n. 1, pp. 10 - 24, jan/jun 2009. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos II. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: política cultural na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

MARTINS, Sueli Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126.

OLIVEIRA, Mariza da Gama L. de. Um acervo centenário – possibilidades de iniciação científica para alunos do ensino médio profissional. *Anais do SENACEM – 1º seminário nacional do ensino médio: história, mobilização, perspectivas*. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Mossoró – RN. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/senacem-anais/arquivos/0850senacem_qd014.pdf. Vol. 14, pág. 1301-1312. Nov/ 2011a.

_____. A escola como veículo de formação patriótica: reflexões preliminares sobre fontes documentais da década de 1930. *Anais do II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura*. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/iisnfdph/index.php?option=com_content&view=article&id=89:anais&catid=34:publicacoes&Itemid=38. GT 09 - História e Política: Estratégias Metodológicas (3º art), 2011b.

PAULILO, André Luiz. A estratégia como invenção as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. Tese de doutorado orientada por Diana Vidal. USP/FE, 2007.

_____. Uma historiografia da modernidade educacional. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 27-49, janeiro-junho de 2010.

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Editora Universitária Santa Úrsula. Rio de Janeiro, 1993.

_____. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2011 (pp. 225 – 286).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

SÁ-SILVA, Jackson Ronier, et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. Cadernos Cedes, ano XX, no 52, novembro/2000.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes documentais

Ata da eleição da Guarda Civil. 22.04.1931. Centro de Memória Ferreira Viana (documento manuscrito, 2 páginas).

Cidade Ferreira Viana – Organização da Guarda Civil. Abril/1931. Centro de Memória Ferreira Viana (documento datilografado, 1 página).

Diário oficial (nome de Piragibe Fac. Medicina Rio de Janeiro). <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1702972/dou-secao-1-28-12-1897-pg-12/pdf>

Livro de Partes Diárias das Inspetoras. Centro de Memória Ferreira Viana. 02.12.1931 – 28.09.1933.

Ofício nº 262, de 13 de julho de 1931, da Diretoria Geral de Instrução Pública para o Diretor do Instituto Ferreira Viana.

Ofício nº 146, de 21 de julho de 1931, do Diretor do Instituto Ferreira Viana para o Dr. Diretor Geral de Instrução Pública, em resposta ao ofício recebido, de nº 262, de 13.07.31.

Ofício nº 24, de 28 de janeiro de 1931, do diretor do Instituto Ferreira Viana para o Dr. Sub Diretor Técnico da Diretoria Geral de Instrução, com a listagem dos menores matriculados e data de nascimento de cada um, conforme solicitação no edital do jornal oficial.

Ofício Interno do diretor Piragibe às Inspetoras. Abril/1931. Centro de Memória Ferreira Viana (documento datilografado, 1 página).

Partes do Prefeito. 28.11.1931. Centro de Memória Ferreira Viana (documento manuscrito, 1 página).

